

TRADUÇÃO

ESTRUTURA E TÁTICA DIALÉTICA EM “DOS CANIBAIS” DE MONTAIGNE¹

Steven Rendall²

(Tradução de Sandra Pedroso³ e Gustavo Pedroso⁴)

Todo autor de grande estatura é logo diminuído por antologistas. Para a maioria dos leitores que não vão além da antologia (ou, se vão, lembram-se apenas do que leram primeiro e não podem se livrar da impressão de que este é o verdadeiro núcleo do autor), os *Sermões* de Donne são uma vaga penumbra em torno da passagem sobre nenhum homem ser uma ilha e não se perguntar por quem os sinos dobram, *Dom Quixote* é um longo epílogo à aventura dos moínhos e Proust se inclina para sempre sobre sua *petite madeleine*. Creio que T. S. Eliot disse certa vez que ficaria muito feliz se “Tradição e talento individual” nunca mais fosse impresso, de modo que seus outros ensaios pudessem ter alguma chance de serem lidos. Montaigne, se estivesse vivo hoje, bem poderia dizer o mesmo sobre seu ensaio “Dos canibais”.

Um resultado infeliz da frequente escolha deste ensaio para inclusão em antologias é que ele muitas vezes foi mal compreendido por ser lido fora de contexto. Como deve ser claro para qualquer um que leia o resto dos *Ensaíos*, seu tema principal, apesar do título, não são os canibais, nem mesmo o paraíso nos Andes descrito na segunda parte do ensaio, mas sim como devemos julgar outras culturas – e a nós

¹ Publicado originalmente sob o título “Dialectical Structure and Tactics in Montaigne's ‘Des Cannibales’” em *Pacific Coast Philology*, vol. 12, 1977, p. 56-63.

² Professor emérito da Universidade do Oregon, autor de *Distinguo: reading Montaigne differently* (Oxford e New York: Oxford University Press, 1992).

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Souza. *E-mail*: sanpedroso@gmail.com.

⁴ Professor de Filosofia Política da UNESP – Franca. *E-mail*: gtpedroso@gmail.com.

mesmos.⁵ Nós somos muito inclinados, sugere Montaigne, a fazer julgamentos apressados baseados mais na ignorância e no preconceito que na experiência e no exame cuidadoso, e a presumir que nossa própria sociedade oferece um padrão de excelência e civilização pelo qual todas as outras poderiam ser julgadas.

Mas se o ensaio de Montaigne fosse apenas mais um sobre este tema agora desgastado, ele teria hoje apenas um interesse histórico para a maioria dos leitores.⁶ Ele faz mais, entretanto, que apresentar as concepções de Montaigne sobre este tópico. Ele conduz o leitor através de uma experiência dialética no curso da qual este adota sucessivamente várias atitudes, cada uma das quais suplantando as anteriores e o deixando no final com uma opinião que é precisamente o reverso daquela com a qual ele começou. Para usar a própria formulação brincalhona de Montaigne, o leitor aprendeu pela experiência a julgar pela “*voie de la raison*” (via da razão) em lugar de pela “*voix commune*” (opinião comum) (o trocadilho é admiravelmente vertido na tradução de Donald Frame para o inglês pela oposição entre “*reason’s way*” (via da razão) e “*vulgar say*” (dito vulgar, opinião vulgar) (150, 200)⁷). Para entender como esta transformação é realizada, não devemos perguntar “sobre o que é este ensaio?” ou “o que Montaigne diz?”, mas antes “o que está acontecendo aqui?”. Devemos, mais ainda, fazer esta pergunta em cada estágio do desenvolvimento de nossa experiência deste ensaio. Esta é a tarefa que me propus neste trabalho e devo, portanto, considerar o ensaio menos como uma expressão das opiniões de Montaigne que como uma série de estratégias pensadas para mover o leitor em uma certa direção.

Considere-se, em primeiro lugar, o título. Ele funciona retoricamente em pelo menos duas formas importantes. Ele evoca uma resposta imediata no leitor e focaliza sua atenção em um aspecto dos costumes do Novo Mundo que não será retomado até que a dialética do ensaio tenha alcançado seu clímax. Começamos pelo exame da primeira destas funções. No séc. XVI a palavra “canibal” já indicava uma pessoa que comia carne humana, e mais especificamente um selvagem que vivia em algum lugar no Novo Mundo. A reação do leitor a este tema prometido é o *terminus ad quo*, ou o ponto de partida na estrutura dialética do ensaio. Ele é levado a esperar por uma horrível descrição da antropofagia, ou no mínimo uma exposição sobre um povo e uma sociedade diametralmente opostos aos

⁵ Para uma discussão deste ponto, ver o excelente artigo de Caroline Locher, “Primary and Secondary Themes in Montaigne’s ‘Des Cannibales’ (I, 31)”, *French Forum* i (1976), 119-26.

⁶ O interesse histórico do ensaio é, todavia, considerável. Montaigne é um dos primeiros a sugerir que os costumes devem ser entendidos em seu contexto cultural, e a reconhecer a existência de culturas não-europeias dotadas de uma estrutura própria, diferente mas coerente.

⁷ No original Steven Rendall coloca junto das citações duas referências de paginação, a primeira indicando a página na tradução de Donald Frame, *The Complete Works of Montaigne* (Stanford: Stanford University Press, 1957), o segundo a página correspondente na edição da Pléiade das *Oeuvres complètes* (Paris, 1962). Embora tenhamos traduzido também as citações de Montaigne a partir do francês, substituímos a indicação das páginas da tradução de Frame pela referência às páginas da tradução dos *Ensaíos* por Rosemary Costhek Abílio publicada pela editora Martins Fontes (Livro I, 2002, e Livro II, 2006).

seus – pois o consumo de carne humana ainda é um tabu forte o suficiente, mesmo nesta época *blasé*, para provocar calafrios na espinha na maior parte dos filhos da cultura europeia. Se há uma coisa de que estamos convencidos, é que não somos canibais; nós recuamos com horror diante da própria idéia de selvagens que praticariam tal ato de barbárie. Se se quisesse evidências disto, poderíamos apontar a reação pública horrorizada – e às vezes de um moralismo tacanho – à revelação, há poucos anos atrás, de que jovens que tinham sobrevivido à queda de um avião em uma montanha tinham, em um esforço desesperado para sobreviver, comido a carne de seus companheiros menos afortunados. Por uma estranha coincidência, este terrível acidente teve lugar nos Andes.

Eu gostaria de sublinhar aqui que Montaigne começou, em seu título, provocando deliberadamente um dos preconceitos mais fortes do leitor – a fim de colocá-lo em questão. Ele, entretanto, não ataca este preconceito diretamente; ele abre seu assalto obliquamente, com uma anedota sobre o general grego Pirro. Quando contemplou as legiões romanas colocadas diante dele no campo de batalha, Pirro se voltou para seus ajudantes e disse: “Eu não sei que bárbaros são estes, mas a formação deste exército que estou vendo não é de modo algum bárbara” (303, 200). A anedota é uma representação em miniatura da experiência dialética a ser induzida pelo ensaio. Confrontado por novas evidências, Pirro é compelido a revisar seus preconceitos em relação aos “bárbaros”. Em vez de nos impor o paralelo entre nossa reação instintiva ao título do ensaio e a presunção de Pirro sobre os bárbaros, entretanto, Montaigne nos permite uma ilusão temporária de superioridade, desacostumando-nos gradualmente da confiança em nossas próprias opiniões. Para os primeiros leitores de Montaigne, ainda mais que para nós, o exército romano era o próprio modelo de organização e eficiência, e Roma quase sinônimo de civilização. A descoberta de Pirro coincide com aquilo em que já acreditamos, confirmando mais que abalando nossa crença de que não cometeríamos um erro semelhante. Não há qualquer desafio explícito às nossas convicções nesta anedota, e antes que nossos próprios juízos sejam colocados em questão, nos é permitido o luxo de perceber quão enganado pode estar um grego ao julgar uma nação estrangeira. Montaigne começa, assim, trazendo o leitor para o seu lado, tratando-o como um igual, capaz de reconhecer e rejeitar preconceitos infundados; só mais tarde é que a arma é voltada contra o leitor. Esta tática é usada repetidamente no ensaio para encorajar a cumplicidade do leitor primeiro no exame, e depois na rejeição, de crenças aceitas.

Montaigne continua sua abordagem oblíqua apresentando seu principal informante, um homem que tinha vivido muito tempo no Novo Mundo. O homem mal foi mencionado, entretanto, antes que Montaigne comece o que parece ser uma extensa digressão, cujo objetivo não é imediatamente claro para o leitor. Um par de máximas parecidas com provérbios (“Temos olhos maiores que nossos estômagos, e mais curiosidade que capacidade. Abraçamos tudo, mas agarramos apenas o vento.”) é seguido por uma anedota narrada por Platão, concernente aos reinos da Atlântida, dos quais se diz

que empreenderam conquistar o mundo, apenas para serem destruídos por uma inundação que fez submergir tanto suas terras quanto seu império. A anedota parece ilustrar as máximas e indicar uma lição moral convencional. Mas então Montaigne coloca uma nova questão: será possível que o Novo Mundo seja um remanescente da Atlântida apartado da Europa pela inundação? Montaigne sugere que isto é improvável, tão grande é a distância separando os dois continentes; entretanto ele prossegue dizendo que seu próprio rio Dordogne alterou visivelmente a paisagem durante o seu tempo de vida. Se continuasse desta forma, nota, mudaria a face da Terra. Isto parece apoiar a explicação do Novo Mundo que ele acaba de rejeitar. Mas então ele argumenta que estas mudanças geológicas não são unilineares; sua oscilação rítmica anula seus efeitos e deixa sem mudanças a configuração geral do mundo. Seguindo as curvas e reviravoltas desta dialética, a atenção do leitor se transferiu gradualmente da lição moral para outra questão: o Novo Mundo pode ser explicado pela referência aos escritos de autoridades antigas tais como Platão?

Esta questão emerge claramente como o ponto central quando Montaigne se volta para o “outro testemunho da Antiguidade com o qual alguns vinculariam esta descoberta” (306, 202). Talvez os habitantes do Novo Mundo sejam os sobreviventes de uma antiga colônia cartaginense mencionada em um livro atribuído a Aristóteles? Provavelmente não, conclui Montaigne, pois a descrição desta suposta colônia não concorda melhor com os fatos conhecidos que a de Platão. A consideração destas hipóteses não parece ter nos conduzido de forma alguma a um conhecimento do Novo Mundo e de seus habitantes. Por que então Montaigne a inclui? A resposta usual a este tipo de questão sobre os *Ensaïos* sugere que Montaigne simplesmente se afasta de sua questão em intermináveis – mas encantadoras – digressões. O mais provável é que nos digam que esta discussão de Platão e Aristóteles é típica da ostentação complacente de erudição por Montaigne.

Considerada como parte da exposição das concepções de Montaigne, ou mesmo como um passo em uma demonstração lógica, deve-se admitir que esta passagem não tem mais que uma importância marginal. Mas ela é um passo necessário na experiência dialética do leitor. Nosso primeiro impulso, quando confrontados por uma nova descoberta, é tentar assimilá-la ao mundo que conhecemos, e nos voltamos instintivamente para os especialistas em busca de orientação. A tendência a se confiar na autoridade, e especialmente na autoridade “clássica”, era, é claro, ainda mais forte na época de Montaigne que na nossa. A preconceção segundo a qual a maneira de se aprender sobre algo é perguntando aos especialistas (e não a algum colono ignorante que por acaso esteve *sur les lieux*⁸) deve ser minada antes que o leitor esteja pronto para ouvir o informante de Montaigne. Em outras palavras, só depois de ter considerado e rejeitado explicações baseadas na autoridade estabelecida é que o leitor estará preparado para considerar uma explicação baseada na experiência em primeira mão.

⁸ No local. Em francês no original. (N. do T.)

A colocação da passagem sobre Platão e Aristóteles no ensaio como um todo é, mais ainda, característica da tática dialética de Montaigne. No esquema tradicional de composição oratória que era ensinado nas escolas como modelo para a exposição e a argumentação por escrito, uma tal discussão seria posta sob a rubrica “refutação e objeções”. Ela normalmente seria colocada depois dos argumentos principais em apoio da tese e antes da peroração. Mas a estrutura do ensaio de Montaigne difere desta forma tradicional em diversas maneiras importantes. A refutação das opiniões opostas começa não apenas mais cedo no ensaio, mas mesmo antes que sua tese principal tenha sido claramente formulada. Se Montaigne tivesse estabelecido suas concepções no início, como as regras da composição tradicional sugeriam, ele teria se colocado em uma postura de oposição ao leitor, e teria sido obrigado a apresentar “provas” para persuadir o leitor a adotar sua opinião. Em vez disso, como vimos, Montaigne procura estabelecer e manter uma relação de cumplicidade com o leitor, e ele revisa as explicações oferecidas pelas “autoridades” com toda a aparência de considerá-las como possivelmente válidas. A forma do ensaio é menos a de uma exposição que a de uma exploração – uma exploração na qual participamos com um autor-guia aparentemente não mais certo que nós quanto ao seu destino final. A inversão da estrutura oratória usual por Montaigne faz do leitor um participante em uma dialética em vez de uma testemunha passiva de uma demonstração.

Tendo progredido até este ponto, o leitor está agora pronto para o desafio direto às suas crenças feito na sentença paradoxal com a qual Montaigne começa seu relato sobre o que aprendeu com seu informante. “*Cet homme que j’avois, estoit homme simple et grossier*”⁹, nota ele, provocando assim mais uma vez a resposta instintiva do leitor antes de continuar para se opor a ela na segunda parte de sua sentença (306, 202). Se apelos a Platão, Aristóteles e outros especialistas fracassaram, com certeza um “sujeito simples e grosseiro”, como Montaigne o chama, tem pouco de valor a nos contar! Mas são precisamente tais testemunhas, continua Montaigne, que mais provavelmente nos darão informações confiáveis, pois elas não são tentadas pela vaidade acadêmica a enfeitar sua experiência para fazê-la parecer maior do que é. Aqui a própria forma da sentença mimetiza a estrutura dialética do ensaio, pois o leitor é convidado pela primeira cláusula a responder em termos de seus preconceitos apenas para reconhecer nas cláusulas seguintes que estava errado em fazê-lo. Sua experiência recente com “autoridades” trabalhando com informações de segunda ou terceira mão prepararam-no para aceitar sem maiores objeções a correção por Montaigne de sua resposta inicial.

Ao descrever os costumes dos brasileiros, Montaigne mais uma vez escolhe não começar com o tema nominal do ensaio – seu canibalismo. Só depois de ter pintado sua sociedade com cores que a tornam muito atraente para um leitor europeu é que ele finalmente chega à sua antropofagia. Não há nada de bárbaro em relação a estes povos do

⁹ “Esse homem que tinha comigo, era homem simples e grosseiro”. Em francês no original. (N. do T.)

Novo Mundo, observa Montaigne, exceto que tendemos a chamar de bárbaros quaisquer costumes diferentes do nosso. Já fomos colocados de guarda contra este erro particular pela anedota sobre Pirro com a qual Montaigne começou seu ensaio, e neste ponto tendemos a aceitar sua asserção sem protestar. Ele então prossegue descrevendo a vida diária dos povos do Novo Mundo: como eles dormem, comem, bebem, se vestem e cortam o cabelo. O efeito dessa descrição é nos lembrar que, embora estes povos tenham costumes diferentes, eles enfrentam os mesmos problemas básicos que nós enfrentamos; os brasileiros, somos forçados a reconhecer, são seres humanos não totalmente diferentes de nós. Montaigne mina ainda mais os preconceitos do leitor apelando para valores aceitos em defesa de seus bárbaros. Os americanos são selvagens (*savage*) apenas no sentido de que estão próximos da natureza e não deformados pelo artifício humano. Eles são saudáveis, fortes, honrosos, religiosos, valentes e humanos na guerra.

Até aqui, tudo bem. O leitor está, entretanto, ao menos subliminarmente consciente de que ainda não alcançou o ponto principal do ensaio; esta é a segunda função retórica do título, mencionada anteriormente. Nossa atenção é focalizada pelo título naquela *outra* característica destes povos – seu canibalismo. Mas Montaigne preparou bem o caminho: no momento em que alcança o tema nominal do ensaio, o leitor foi suficientemente libertado (*disabused*) de suas opiniões pré-concebidas em relação aos brasileiros para entender o significado e o contexto ritual da prática de se comer a carne do inimigo. A discussão do canibalismo, quando é finalmente alcançada, parece quase anticlimática.

Mas apenas por um momento: tendo trazido o leitor a este ponto, Montaigne está agora pronto para despejar sobre ele uma última e decisiva reversão dialética. Ele nos assegura que os brasileiros não comem seus adversários para se alimentar, como os antigos citas, mas enquanto forma máxima de vingança (313, 207). Ele então apresenta uma prova desta afirmação: quando os canibais viram que os portugueses não comiam seus inimigos, mas os enterravam até a cintura, crivavam seus corpos de flechas e depois os enforcavam, eles começaram a desistir de suas práticas e a adotar as dos portugueses, pensando que, como os portugueses tinham se mostrado os maiores mestres da maldade, seu método de obter vingança devia ser de uma crueldade mais refinada.

Quando o leitor começa a ler o relato da educação dos brasileiros nas mãos dos portugueses, ele sem dúvida aceita a apresentação de Montaigne a respeito como uma prova de uma afirmação sobre os canibais, e a aceita ainda mais facilmente porque já está mais do que semiconvencido de sua verdade. No momento em que o leitor termina este trecho, entretanto, ele teve um efeito bem diferente. A função retórica principal desta passagem é menos a de provar uma asserção que a de preparar o leitor para a sentença crítica a seguir: “Não lamento que tenhamos que notar o horror bárbaro de tais atos, mas lamento de coração que, julgando as culpas deles corretamente, devamos ser tão cegos às nossas” (313, 207). Em uma série de rápidos golpes, o leitor foi levado a ver, primeiro, que um povo antigo e periférico da Europa (os citas) também praticava o canibalismo, mas de

forma menos nobre que os brasileiros; segundo, que os portugueses, um povo europeu moderno, cometeram atos de crueldade mais bárbaros que aqueles dos canibais; e terceiro, que nós mesmos, enquanto europeus, fomos culpados de atrocidades que são comparáveis, ou mesmo ultrapassam, às dos “bárbaros” que desprezamos. Colocamos o rótulo de barbárie, antes reservado para os canibais, primeiro nos citas, então nos portugueses, e finalmente em nós mesmos, a armadilha colocada por Montaigne fechando-se inexoravelmente sobre nós enquanto lemos.

A sentença climática que formula a lição que aprendemos mais uma vez recapitula a estrutura dialética do ensaio como um todo: “*Nous les pouvons donc bien appeler barbares, eu esgard aux regles de la raison, mais non pas eu esgard a nous, qui les surpassons en toute sorte de barbarie*”¹⁰ (314, 208). A primeira cláusula expressa a visão inicial do leitor (os canibais são bárbaros), enquanto que a segunda formula o reconhecimento ao qual o leitor foi levado pela experiência do ensaio (julgados pela “via da razão”, não somos menos bárbaros que os canibais). Assim, não apenas estávamos enganados em conceber os canibais como completamente selvagens, mas também errávamos em presumir que nós mesmos não éramos selvagens. Neste ponto focal no ensaio, somos levados um passo além do reconhecimento de Pirro de que povos civilizados existem onde ele esperava encontrar apenas bárbaros. Descobrimos que as evidências nos forçam a revisar não apenas nossa opinião sobre os outros, mas também nossa opinião sobre nós mesmos.

Montaigne reitera este ponto nas páginas subsequentes, concluindo com uma ironia que pressupõe a conversão do leitor ao seu ponto de vista. “Realmente aqui estão verdadeiros selvagens de acordo com nossos padrões”, declara ele depois de ter descrito a coragem e a constância dos brasileiros nas mãos de seus captores, “pois ou eles devem sê-lo inteiramente, ou nós; há uma espantosa distância entre o seu caráter e o nosso” (318, 211). Como se para nos dar um momento para digerirmos nossa experiência e nos reequilibrarmos, ele então se volta para temas menos perigosos – costumes matrimoniais e poesia. Pelo final do ensaio, a transformação da atitude inicial do leitor é completa, ou deveria ser; apenas um leitor incompetente ou desanimadoramente intratável deixará de se dissociar da risível objeção da “*voix commune*” não convertida: “Tudo isso não está muito mal: mas quê, eles não usam calças” (320, 213).

Não quero diminuir a importância da descrição que Montaigne faz do Novo Mundo, ou a profundidade de sua indignação com o tratamento ignominioso sofrido por seus habitantes nas mãos dos conquistadores europeus. Basta recorrer à sua discussão do mesmo tema no ensaio “Dos coches” para se convencer de sua sinceridade quanto a este ponto. Mas eu diria que estas questões são secundárias em “Dos canibais”. O “canibalismo” é aqui apenas um *exemplo* do tipo de tema no qual estamos inclinados a julgar

¹⁰ “Nós podemos então chamá-los bárbaros, em relação às regras da razão, mas não em relação a nós, que os ultrapassamos em todo tipo de barbárie”. Em francês no original. (N. do T.)

de acordo com o preconceito mais que de acordo com a experiência e a razão. Ele foi escolhido por Montaigne porque evoca uma resposta incomumente forte e quase involuntária, e porque parece diametralmente oposto a qualquer coisa que reconheceríamos como nossa. Montaigne o usa para levar seu leitor através da experiência libertadora da mudança de idéia; uma tal experiência, que pode ser transferida pelo leitor para outros tópicos, se torna um meio de formar seu juízo, e isto está, penso eu, mais próximo do núcleo do ensaio do que as opiniões de Montaigne sobre os canibais.

A ênfase que dei à experiência deste ensaio pelo leitor é consonante às concepções de Montaigne sobre a leitura. Um “*essai*” (ensaio) como ele o define é o processo de se *testar* os juízos, não a exposição ou defesa de uma concepção já decidida. Ainda mais importante em relação a isto é a conhecida convicção de Montaigne, expressa em seu ensaio “Da educação das crianças”, sobre a necessidade de se “digerir” as leituras. Se não tornamos um livro nosso, se não o incorporamos ao nosso equipamento mental, se ele não muda nossa visão sobre a vida, insiste ele, então pouco se ganhou. Livros meramente divertidos, “*les livres simplement plaisans*”, como ele os chama em “Dos livros” (117, 389), são apenas isso – meramente divertidos. Os livros, e de fato toda forma de instrução, deveriam mudar nossas vidas. Montaigne é muito claro quanto a este ponto. Sua estratégia em um ensaio como “Dos canibais” é concebida para garantir que o leitor passará por uma experiência de descoberta que o transformará, e não irá simplesmente distraí-lo ou edificá-lo enquanto o deixa seguro na posse de concepções que ele já tinha.

Consideradas sob esta luz, as “contradições” frequentemente notadas nos *Essais* assumem um significado bem diferente. Em vez de refletir inconsistências na exposição que Montaigne faz de suas próprias concepções, elas marcam os passos da conversão que será experimentada pelo leitor no curso da leitura. Tal conversão não pode ter lugar sem a participação ativa do leitor. Pois é uma conversão não tanto a uma concepção particular, quanto a uma forma de pensar, um método de investigar. Assim como os mestres da dança não podem nos ensinar a dançar sem nos fazer dançar (como Montaigne aponta em “Da educação das crianças”), não podemos ser ensinados a pensar sem que nos façam pensar. Como um bom professor, Montaigne começa com as opiniões de seu leitor, não com as suas próprias, e pacientemente o conduz passo a passo através de um processo de reavaliação crítica destas opiniões. Este processo é incompleto sem a participação do leitor; nossa realização da dialética do ensaio é essencial para o seu sucesso.

A esse respeito, Montaigne pode ser associado com o que Stanley Fish chamou, em seu provocativo, mesmo se controverso, livro sobre a prosa inglesa do séc. XVII, “a estética do bom médico”¹¹. Como Platão, Montaigne busca “curar” seu leitor tanto quanto a si mesmo, não pela exposição da verdade, mas levando-o a questionar as pré-concepções não examinadas e frequentemente vazias que invalidam seu juízo. Em seu ensaio “Da

¹¹ *Self-Consuming Artifacts* (Berkley, 1972), cap. 1.

semelhança dos filhos com os pais” Montaigne usa a mesma metáfora médica para denunciar os erros produzidos pelos preconceitos não testados: “Todas aquelas predisposições que são nascidas em nós sem razão são más”, diz ele, “elas são um tipo de doença que devemos combater” (646, 743). E como seu contemporâneo Francis Bacon, cujos *Ensaíos* foram, em certa medida, modelados naqueles de Montaigne, ele está convencido de que a posse de opiniões sadias não pode ser separada dos meios pelos quais se chega a elas.

Então pode ser que, no fim, os antologistas estejam certos ao selecionar “Dos canibais” como representativo de Montaigne, e mesmo de sua época. Se participarmos totalmente da dialética do ensaio, encontraremos nele não apenas um tratado sobre canibais, mas uma profunda e excitante experiência de libertação intelectual.